

# O AUTOR DE VIOLÊNCIA INCLUÍDO NO ATENDIMENTO DE TERAPIA DE FAMÍLIA: DESCONSTRUINDO PAPÉIS, RECONSTRUINDO MUNDOS

INCLUDING THE AUTHOR OF VIOLENCE IN FAMILY THERAPY: DECONSTRUCTING ROLES, REBUILDING WORLDS

**RESUMO:** Este artigo busca realizar uma reflexão teórica sobre a experiência clínica de uma equipe que atende famílias em situação de violência no Instituto NOOS/ RJ. O foco de interesse deste estudo é analisar a inclusão do autor de violência nos atendimentos de família. Conclui-se que a riqueza decorrente das narrativas das famílias e dos múltiplos olhares sobre situações vividas em comum, ajuda cada membro a tomar para si parte da corresponsabilidade no funcionamento do sistema. A dança relacional entre os membros de uma família se dá em parcerias e inclui todos os atores desde a vítima, passando pela testemunha, indo até o autor. Assim, atender a todos facilita a ressignificação e a transformação nas relações familiares das pessoas envolvidas no problema.

**PALAVRAS-CHAVE:** violência familiar, autor de violência, teoria sistêmica

**ABSTRACT:** This article aims a theoretical reflection about the clinical experience of a team that assists families in situations of violence in the Institute NOOS / RJ. Its focus of interest is to analyze the inclusion of the author of violence in family therapy. It was concluded that the richness resulting from multiple narratives and visions about situations, lived by the whole family, helps each member to take part of the responsibility the system's way of functioning. The relational dance that takes place creating partnership includes all actors, from the victim till the witness, including the author. So, meeting all the family members together facilitates redefinition and transformation of family relationships of those involved in the problem.

**KEYWORDS:** domestic violence, author of violence, systemic theory.

## INTRODUÇÃO

Neste artigo buscamos refletir sobre nossa prática de atendimento a famílias que vivem em situação de violência, atendidas no Instituto NOOS/Multiversa, no Rio de Janeiro. Atualmente, fazemos parte do projeto “Paz em Casa, Paz no Mundo”, que atende casos de violência familiar não contemplando os casos de abuso sexual.

Nossa prática prioriza a importância das relações e do contexto social no fenômeno da violência familiar e encontra-se pautada na teoria sistêmica. De acordo com esta linha de pensamento, consideramos incluir no processo terapêutico todos os membros da família, inclusive o autor de violência.

Entretanto, ao apresentarmos essa prática no Congresso de Família 2008-Grumado/RS, deparamo-nos com a surpresa de alguns profissionais pela inclusão do autor de violência em nossos atendimentos de família. Demonstraram curiosidade com relação a esse desenho de atendimento, em geral, preocupados com questões éticas e com a segurança do terapeuta e da vítima.

### ROSANE BERLINSKI BRITO E CUNHA

*Psicóloga, terapeuta de família e casal, mestre em ciências da saúde*

*e-mail: rosanebbc@yahoo.com.br*

### MARIA LÚCIA ALMEIDA ROZA

*Jornalista, relações públicas, psicopedagoga, terapeuta de família e casal*

*email: almeidaroz@globo.com*

### MARIA CELINA MATTA

*Médica, terapeuta de família e casal*

*e-mail: celinamatta@hotmail.com*

### MARIA CLARA STOCKLER

*Psicóloga, terapeuta de família e casal*

*e-mail: clarastockler@oi.com.br*

### MONICA ALEGRE

*Médica, terapeuta de família e casal, mestre em Saúde da Família*

*e-mail: monicaalegre2@yahoo.com.br*

### SANDRA SANTOS

*Psicóloga, psicomotricista, terapeuta de família e casal*

*e-mail: psisandrasantos@yahoo.com.br*

Esse questionamento nos propiciou um mergulho em nosso processo de trabalho, levando-nos a rever nossa experiência clínica de dez anos.

Por que não cogitamos a possibilidade da exclusão do autor no atendimento à família? O que leva outros profissionais a levantar a hipótese de excluir ou separar no atendimento, o autor de violência? Quem é o autor? Podemos colocar sobre uma pessoa a responsabilidade ou a autoria total de um acontecimento? Que outros atores estão também incluídos?

Entendemos, então, que para responder nossas questões devemos retomar os marcos conceituais que norteiam nossa prática clínica sob a teoria sistêmica.

Ravazzola (1997), em seu artigo que dialoga com Loketek, considera que a violência familiar é um fenômeno repetitivo que funciona num sistema abusivo. Nesse sistema atuam a pessoa que comete o abuso, a receptora do ato abusivo e as testemunhas – membros da família, vizinhos e outros.

Ao longo dos anos observamos que a maioria dos conflitos familiares mais visíveis está relacionada à violência física, sexual e psicológica do marido sobre a mulher e filhos, ou seja, violência de gênero e idade. Deparamo-nos também com outros tipos de violência: de filhos contra pais, de mulheres contra homens e entre irmãos.

Por uma necessidade de delimitação do tema deste estudo que pretende refletir sobre nossa prática, e da característica da nossa demanda não iremos aqui nos aprofundar nas questões de gênero e geração embora seja inegável a relação entre esses tópicos.

Reconhecendo a importância da sustentação teórica para refletir nossa prática trazemos Maturana e Varela (2001), com suas considerações sobre o conhecimento, quando afirmam que

“não é o conhecimento, mas sim o conhecimento do conhecimento que cria o comprometimento.” (p. 270)

Assim, neste artigo, priorizamos fazer uma discussão teórico-prática com base em nossa experiência clínica.

## CONTEXTUALIZAÇÃO TEÓRICA

O artigo ancora-se em dois termos conceituais teóricos que poderão subsidiar a discussão: violência familiar e autor de violência.

O termo violência familiar, a partir da perspectiva sistêmica, é compreendido através dos fatores relacionais, dos contextos e dos processos. A violência não é propriedade de um indivíduo, não é um fenômeno individual, é um padrão, uma modalidade de trato que uma pessoa exerce sobre a outra. É, portanto, um fenômeno interacional e comunicacional entre duas ou mais pessoas. Por isto não deve ser entendida somente na esfera do intrapsíquico e sim em um contexto relacional (Ravazzola, 1997, Rapizo, 2003, Turinnetto & Vicente, 2008).

A visão sistêmica define a família como uma organização dinâmica composta de elementos interdependentes que usam todas as formas de comunicação tais como paradoxos, negações, triangulações, contradições, desqualificações e outras. Portanto, segundo Turinnetto e Vicente (2008), analisar a dinâmica familiar e a implicação de cada um na manutenção do problema torna-se fundamental para a compreensão do fenômeno da violência.

Caminhando na nossa contextualização teórica, recorreremos também aos conceitos de Rapizo (2003) e Grandesso (2000) que consideram a violência familiar como construção social, ou seja, vista como fenômeno social, lo-

cal com sentidos e propósitos baseados em contextos cultural-históricos particulares.

Autores como Ravazolla (1997) nos ajudam a pensar que os contextos de violência dentro da família são caracterizados pela repetição de ciclos exponenciais e repetitivos. Os membros da família, em geral, cumprem um papel de perpetuação destes ciclos na medida em que compartilham preconceitos, crenças e valores que ajudam a manter a violência. Como por exemplo, os papéis culturalmente atribuídos aos homens tais como “chefes de família”, dominadores, provedores.

Dentro desta lógica compreendemos que a violência não tem apenas uma visão, ela é multifatorial e complexa. Os fatores individuais – infância, predisposição neurobiológica e traumas – seriam apenas uma das dimensões.

A OMS em 1970, por meio do modelo ecológico, descreve a violência como “o resultado da complexa interação de fatores individuais, de relacionamento, sociais, culturais e ambientais” (OMS, 2002). O Relatório Mundial sobre Violência e Saúde complementa que entender a violência através do nível individual que se concentra nas características da pessoa aumenta a possibilidade de ela ser uma vítima ou um perpetrador da violência.

O modelo ecológico enfatiza as diversas causas da violência e a interação dos fatores de risco dentro da família e de contextos mais abrangentes, como o comunitário, o social, o cultural e o econômico.

Estas considerações corroboram com a nossa visão de que as leituras que se ocupam apenas da explicação do campo individual ou que se reduzem à punição do autor, a expiação ou ao acolhimento de uma das partes não

costumam contemplar o campo relacional e cultural. Acreditamos que estas podem contribuir para a perpetuação das construções sociais mantidas em nossa cultura e a manutenção do ciclo da violência na família.

Pensamos que para estudar a violência devemos considerar os contextos em que os comportamentos se dão. Portanto, concordamos com Ravazolla (1997), que afirma que para olhar a violência de uma forma mais abrangente é necessário, ficar atento e curioso ao jogo relacional que se apresenta nas famílias.

Outro conceito, além da violência familiar descrito neste artigo é o termo autor de violência. Embora através da pesquisa realizada nos dados da BVSpsi, não tenhamos encontrado “autor de violência” como descritor, optamos pela utilização deste termo. Autores como Medrado e Melo (2008) e Toneli, Lago, Beiras e Climaco (2010) utilizaram este conceito ao se referir a violência de homens contra mulheres.

Em nossa busca, observamos que a palavra “agressor” é mais utilizada. Entendemos que esta palavra reforça as polarizações – vítima e agressor – e nos remete a ideia de que estes papéis são opostos e fixos. Essa visão pode levar a punir o “agressor” e socorrer a vítima. Ao desdobrar essa polarização podemos definir características de um em oposição ao outro: mau *versus* bom, culpado *versus* inocente, certo *versus* errado, sem razão *versus* com razão, egoísta *versus* generoso, doente *versus* saudável, entre outros. É comum em nossa sociedade afastar ou excluir o “mau” e acolher o “bom”. Nesse sentido, a polarização “agressor” *versus* vítima, como todas as outras polarizações, produz uma cegueira relacional, podendo perpetuar o ciclo da violência.

Ao optar pelo uso do termo autor de violência, pretendemos sair desta pola-

rização e focalizar no padrão relacional. Assim, podemos abdicar da pergunta: quem é o culpado e por quê? Deste modo podemos priorizar a forma dos acontecimentos e o processo mudando o olhar para: Como se dá essa forma relacional? Como se dá a comunicação? Que recursos internos a família têm para conter esses sentimentos?

Nesse ponto, Rapizo (2003) nos ajuda a pensar na distinção entre ato e processo de violência. Um ato de violência exige um autor e uma vítima, mas o processo pelo qual aquele ato tornou-se possível tem a participação de todos que fazem parte daquele contexto. Compartilhamos com a autora da idéia de que se quisermos ter ações eficazes devemos olhar tanto para o ato quanto para o processo.

Acreditamos ainda que o autor deve ser responsabilizado legalmente e responder por seus atos e a vítima deve ser cuidada e protegida. Entretanto, ao oferecer aos dois, e a outros diretamente envolvidos, a possibilidade de um espaço de reflexão sobre o processo e sobre a dinâmica relacional que tornou o ato possível podemos evitar a reincidência e a cristalização de papéis.

### **A INCLUSÃO DO AUTOR DE VIOLÊNCIA NO ATENDIMENTO**

Turinetto e Vicente (2008), baseados nos estudos de Cunningham, Jaffe, Baker e colaboradores (1998), citam algumas críticas que surgiram nas últimas décadas com relação à visão sistêmica nos atendimentos à violência. Essas críticas destacam que a atitude de neutralidade do terapeuta sistêmico, “perdoa” a violência acreditando que esse enfoque reforça as justificativas do agressor e acaba culpando a vítima. Observam preocupações em torno da segurança da vítima quando atendida

conjuntamente com o agressor e por último consideram que as modalidades sistêmicas não atendem as questões de gênero que contribuem para a violência doméstica.

Turinetto e Vicente (2008) ao se referirem a críticas feitas à ausência de responsabilidade dada ao autor de violência no atendimento sistêmico ressaltam a necessidade de diferenciar a responsabilidade legal e interacional da violência. Segundo os autores a primeira diz respeito à pessoa que exerce a violência, mas a segunda é parte de todos os integrantes do vínculo, tendo em vista que quem a provoca e a estimula tem a mesma responsabilidade de quem maltrata. Por isto consideram incorreto falar de vítima e vitimizador.

Ravazolla (1997) destaca a importância de incluir o autor de violência no atendimento à família. Segundo a autora, a participação de todos na terapia facilita uma mudança nas relações familiares e nas pessoas envolvidas no problema. A participação do autor na terapia de família permite a conversação e possibilita questionar de forma direta suas próprias afirmações, levando-o a refletir acerca do que sente e como o outro é afetado por sua conduta. Assim ele pode se responsabilizar por seus atos, assumir a autoria de sua própria vida, podendo propiciar uma ressignificação de seus pontos de vista não só no ponto de vista individual como no relacional.

Em contrapartida a pessoa vitimizada sente-se aliviada por poder expressar seus medos, o que pensa e o que sente no ambiente protegido do espaço terapêutico e com isto avaliar sua inclusão no processo de violência.

Ao dar voz a esses atores estamos trabalhando terapêuticamente nas questões ligadas a autoestima valorizando-os como seres humanos na aceitação de si e do outro. Partilhamos

da afirmação de Maturana, que “sem aceitação e respeito por si mesmo não se pode aceitar e respeitar o outro, e sem aceitar o outro como legítimo outro na convivência, não há fenômeno social” (Maturana, 2002 p.31). Isto reforça a nossa prática de atender a todos da família afim de corresponsabilizar a todos envolvidos no processo

No entanto, nem sempre é possível nem desejável incluir o autor de violência nas entrevistas familiares. Algumas vezes, sobretudo quando este se nega ou quando os outros membros da família sentem-se ameaçados, tomamos a decisão de ouvi-los separadamente.

Acreditamos que devemos examinar cada situação e resolver em cada caso e em cada etapa do tratamento o que consideramos mais conveniente fazer naquele contexto e naquele momento. Concordamos com Grandesso (2000) que “cada experiência é única, mesmo quando a as topologias das condutas parecem a mesma” (p. 241). As intenções e os contextos se apresentam como singulares assim como os efeitos na vida das pessoas e em seus relacionamentos.

Mesmo contemplando as possibilidades e os limites de cada um, não perdemos o foco sistêmico do nosso trabalho percebendo o efeito transformador que existe na “escuta”. Entendemos que os pactos de não violência funcionam melhor quando são acompanhados de garantias de que todas as vozes serão respeitadas.

## **SOBRE NOSSA PRÁTICA**

Trabalhamos em equipe priorizando a reflexão e as conversações. Nosso sistema terapêutico compõe-se de dois terapeutas de campo, e quatro terapeutas que compõem a equipe reflexiva.

A equipe reflexiva escuta silenciosamente a conversa. Os membros não falam entre si, mas refletem como podem descrever e/ou explicar a situação além do que está sendo apresentado. Antes do término da sessão cada membro dessa equipe expõe sua versão sobre os assuntos que surgiram. De acordo com Andersen (1999) os membros do “sistema entrevistador” – família e terapeutas de campo – conversam entre si sobre as idéias e sentimentos que surgiram enquanto escutavam as reflexões da equipe reflexiva. Esse recurso “oferece possibilidade para aqueles que nos consultam de se fazerem novas perguntas, obtendo novas distinções” (p. 52).

Em nosso grupo de atendimento fazemos pré e pós-sessões, que nos auxiliam no movimento de trabalharmos também nossas emoções e ressonâncias. “Consideramos que para entender o que acontece numa conversação é preciso prestar atenção ao entrelaçamento do emocional e do linguajar nela implicado (Maturana e Verden Zöller, 2004).”

Caminhando nas considerações sobre a nossa prática destacamos o genograma (Carter, McGoldrick e col, 1995) como um dos recursos técnicos que auxiliam nossas reflexões. A construção do genograma é realizada ao longo do trabalho, junto com toda a família. Este nos ajuda a visualizar os padrões relacionais de violência, na maioria das vezes, repetitivos.

Atuamos dentro de um sistema cultural, de um grupo familiar, de uma comunidade, abrindo o debate para o entendimento de crenças individuais, familiares e/ou coletivas. Para que estas tenham visibilidade, procuramos refletir sobre as ações buscando modificações. Acreditamos que as narrativas podem ser ressignificadas e assim reconstruídas.

Evidenciar e refletir sobre os valores e as crenças passadas de uma geração para outra, sobre a função de cada um no pertencimento familiar, os costumes, as semelhanças e as diferenças, assim como o que os motiva a continuarem juntos, cria um ambiente de conversa e reflexão favorecedor de mudanças. Que heranças receberam? Que heranças desejam usar? Quais delas querem continuar cultivando? Quais não querem conservar? Que outras crenças e valores podem construir? O que repetem? Como repetem? O que não querem repetir? Que resgate se quer fazer? Brigam para conseguir o quê? O que desejam para seus descendentes? As heranças trazem aspectos positivos e negativos. Quais aspectos potencializam a vida num momento e despolarizam em outro? A possibilidade de fazer escolhas, de ser flexível...

Toda essa reconstrução nos parece, então, se tornar mais eficaz, com a presença de todos os envolvidos na trama familiar. Acreditamos que conhecer a história do outro, possibilita um entendimento de seus atos gerando uma reflexão. E de acordo com Maturana, “tudo o que é dito é dito por alguém e toda reflexão faz surgir um mundo (Maturana, 2001).”

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensamos que trazendo para o atendimento todos os envolvidos numa situação de violência, e reconhecendo-os com status iguais em suas narrativas, abrimos uma possibilidade de mudança.

Não se trata de uma ação pontual de um indivíduo, mas de um sistema de ações que envolvem outras pessoas, para além do papel de autor. Quando se traz todos os personagens da cena, cada um é levado a pensar em seu papel, no

que ocorre, ou seja, qual seria a sua implicação no contexto da violência.

Cada pessoa da família traz uma visão do sistema familiar própria e distinta dos demais levando a diferentes formas de viver e sentir o problema. Isto pode ser observado tanto nas diferentes narrativas dos elementos da família bem como na diferença do significado dado ao mesmo fato. A riqueza desses múltiplos olhares sobre situações vividas em comum ajuda cada membro a se dar conta de sua participação no funcionamento do sistema.

O que pensamos e fazemos ao receber essas famílias é acolher, construir vínculo e parceria com os que buscam ajuda para seus sofrimentos. Ao invés de ficarmos aprisionados na luta para saber quem está certo ou de quem é a razão, derivamos para a riqueza das soluções que surgem das narrativas pessoais construídas no espaço terapêutico com a família.

Constatamos, ainda, a necessidade dos terapeutas que trabalham com violência se fazerem, a todo momento, internamente perguntas como: O que será que aconteceu? E em seguida, porque será que aconteceu assim? Por que faltou a palavra, a conversação e coube a ação? Perguntas estas (e outras) que deverão estar no lugar de julgamentos de valores e preconceitos.

Isso significa outro pressuposto que inclui caminhar junto, acompanhar, conectar-se com as experiências vividas e trazidas para o grupo de trabalho.

Assim ouvir a todos, ouvir os sentimentos que essa escuta provoca, suportar e positivar tais sentimentos, abrir mão dos padrões buscando a singularidade das relações, legitimá-las através do diálogo, ouvindo, perguntando, permitindo que surja como um relato pessoal é uma busca constante em nosso trabalho.

As famílias que vivem cenas e situações com diferentes graus de violência falam de um descontrole vivido e, a princípio, desejam que a situação ou o outro mude, acreditando que isso bastará para estancar a situação de violência. Habitam-se e justificam a forma relacional violenta como descontrole gerado pelo comportamento do outro. A privação de limites e a falta de autocontenção possibilitam o avanço do grau de violência. Vivem em estado de guerra onde cabe o sentimento de urgência, de hierarquia e até de desvalorização da integridade do outro. Tornam-se especialistas em lidar com essa dor.

Não se pode negar a versão de quem narra. Podemos refletir por que se pensa como se pensa. Estamos assim criando uma rede de conversação passível de mudanças. Há ações que são repetidas e as explicações, na maioria das vezes, recorrem a mitos, como já sinalizamos. Quando se cria um espaço potencial, seguro, acolhedor e sigiloso, esses mitos podem emergir. O simples fato de não se negar sua existência já deixa entrar algo novo, que pode propiciar reflexão e mudança.

Pensando nisso, gostaríamos de propor um olhar relacional através de alguns exemplos vividos em nossa prática. Assim podemos refletir sobre a questão autor/ vítima /testemunha o que ilustra bem o nosso ponto de vista:

- Uma mulher muito zangada com o marido avança sobre ele dando tapas, socos e acaba recebendo dele um empurrão, ficando muito machucada. Ela é autora ou vítima?
- Um filho que observa aflito e tenta intervir numa briga entre os pais e age violentamente contra um deles. É autor, vítima ou testemunha?
- Uma mãe que bate numa criança para educá-la, repetindo atos que ela acredita que a fizeram se tornar

uma boa pessoa. Ela é autora, vítima ou testemunha?

- Um homem que se sente humilhado por uma mulher autoritária e desqualificadora e avança sobre ela. Ele é vítima ou autor da violência?

Constatamos que os papéis de autor (aquele que pratica atos de violência), vítima (aquele que sofre os atos de violência), de testemunha (aquele que observa a cena de violência) e de salvador (que aparece para tomar a defesa da vítima) compõem um jogo relacional e mudam de lugar conforme vimos nos exemplos destacados.

Observamos que os membros da família trazem em geral em sua bagagem a possibilidade de estarem numa relação onde a violência é uma linguagem possível. Possível porque aprendida como um padrão de comportamento e às vezes valorizada na cultura local. O que não quer dizer que se juntam por desejarem essa forma de se relacionar. O que os atrai é o amor, a atração sexual, a confiança, a esperança, a vontade de construir família. Nada muito diferente do que as pessoas, em geral, desejam. Não querem romper a relação e sim livrarem-se do sofrimento provocado pela violência, e da dificuldade de contenção até porque ainda encontramos amor e cumplicidade nessas famílias.

Agora podemos ampliar a definição de autor de violência, colocando-o como um dos atores de uma dança relacional. A dança relacional se dá em parcerias e inclui outros atores que são a vítima, a testemunha e o autor.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSEN, T. (1999). *Processos Reflexivos*. Rio de Janeiro: Instituto Noos: ITF.

- CARTER, B., MCGOLDRICK, M.** e col. (1995). *As mudanças no ciclo familiar: uma estrutura para terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- GRANDESSO, M.** (2000). *Sobre a reconstrução do significado: uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- LOKETEK, A., RAVAZZOLA, M.C.** (1997). La violencia y los vínculos. In *Sistemas Familiares*, ano 13, nº 3, novembro.
- MATURANA, H.R.** (2002). *Emoções e Linguagem na Educação e na Política*. Belo Horizonte: Palas Athenas.
- MATURANA, H.R., VARELA, F.J.** (2001). *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*. São Paulo: Palas Athenas.
- MATURANA, H.R., VERDEN ZÖLLER, G.** (2004). *Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano*. São Paulo: Palas Athenas.
- MEDRADO, B., MÉLLO R.P.** Posicionamentos críticos e éticos sobre a violência contra as mulheres. *Psicologia & Sociedade*; 20, Edição Especial: 78-86, 2008 <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20nspe/v20nspe11.pdf>
- OMS.** Organização Mundial de Saúde. (2002). Relatório Mundial sobre Violência e Saúde. Genebra, p.12.
- RAPIZO, R.** (1998). *Terapia Sistêmica de Família: da instrução à construção*. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 1998.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Uma visão sistêmica da violência*. In: Jornada ATF- RJ.
- RAVAZZOLA, M.C.** (1997). *Histórias infames: los maltratos en las relaciones*. Buenos Aires: Paidós.
- TONELI, M.J. F., LAGO, M.C.S., BEIRAS, A., CLIMACO, D.** (Eds.). (2010). *Atendimento a Homens Autores de Violência contra Mulheres: Experiências Latino Americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE.
- TURINETTO, Q.A., VICENTE, C.P.** (2008). *Hombres maltratadores: Tratamiento psicológico de agresores*. Madrid: Grupo 5 Acción y Gestión Social, p.102.